

## **Intervenção do Ministro das Finanças na Audição Regimental**

Assembleia da República, 28 de junho de 2023

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

É com muito gosto que regresso ao Parlamento e a esta audiência, onde gostava de fazer uma breve análise sobre a situação da economia portuguesa, da sua tradução relativamente à vida das famílias, sobre a situação orçamental e perspetivar a política económica até ao final do presente ano.

Em primeiro lugar, começo por dizer que Portugal apresenta, hoje, um bom desempenho económico, o qual supera todas as expectativas.

No primeiro trimestre deste ano, Portugal foi o terceiro país que mais cresceu na União Europeia face ao final de 2022 e o segundo que mais cresceu na Zona Euro.

Acresce que em pouco mais de um mês – de 9 de maio a 16 de junho – as quatro principais instituições que monitorizam a economia portuguesa reviram em forte alta as suas expectativas de crescimento para o país em 2023:

- O FMI aumentou a expectativa de crescimento de 1% para 2,6% (9 de maio);
- A Comissão Europeia passou de 1% para 2,4% (15 maio);

- A OCDE aumentou a sua estimativa de 1% para 2,5% (15 de junho);
- E o Banco de Portugal passou de 1,8% para 2,7% (16 de junho).

De sublinhar o caráter unânime destas instituições, que antecipam um crescimento para Portugal que é cerca do triplo do esperado pelo BCE para a zona euro (de 0,9% previstos em junho).

Tal como mostram os números, os principais contributos para o bom desempenho da economia no primeiro trimestre foram, por esta ordem, a exportação de serviços e a exportação de bens. Esta é uma economia que cresce de forma sustentável.

Registe-se, também, o contributo positivo do crescimento do consumo privado, ao mesmo tempo que observamos uma desaceleração marcada da inflação, que hoje já é inferior à média da Zona Euro.

Em maio, a inflação caiu para 4%, sendo já a sétima queda consecutiva.

A inflação, sem energia e sem bens alimentares, que tende a ser mais rígida, também recuou nos últimos três meses e o Cabaz de bens alimentares da DECO IVA 0% registou uma redução de preço de 7,3% (ou 10,13€) face a meados de abril.

O desempenho orçamental também tem sido positivo.

Os resultados alcançados no primeiro trimestre permitem-nos olhar com confiança para os objetivos que traçámos até ao final do ano, mas tem de ser visto com realismo. Muitas das medidas de apoio face ao choque inflacionista implementadas pelo Governo este ano só terão reflexo nas contas a partir do segundo trimestre. É o caso, por exemplo, do



IVA zero, que chegou às famílias a 18 de abril; do aumento salarial extraordinário para a função pública e do subsídio de refeição; do apoio às famílias mais vulneráveis; a que se seguirá o aumento extraordinário de pensões... tudo isto não está contemplado nas contas do primeiro trimestre em matéria orçamental.

Também é importante voltar a sublinhar o que é evidente. O resultado orçamental conseguido no primeiro trimestre não é dissociável do bom desempenho da economia.

Já é tempo, aliás, de ultrapassarmos uma dicotomia simplista que por vezes permanece no nosso debate público: não há qualquer contradição entre apoiar a economia e ter contas públicas certas. As contas públicas certas são, simultaneamente, a causa e o efeito do apoio à economia. Isto é: porque temos contas certas, é possível apoiar as empresas e famílias. E é também porque apoiamos as empresas e as famílias, no momento e na medida adequada, que as contas continuam a bater certo.

Quero sublinhar aqui o dado que há pouco destaquei sobre o consumo privado ter tido um contributo positivo no crescimento do primeiro trimestre, ao qual não é alheio o importantíssimo programa de apoios às famílias desenvolvido e concretizado pelo Governo no final do ano de 2022.

Este suporte que o Governo tem dado às famílias e às empresas tem permitido sustentar os níveis de consumo e assegurar a continuidade da proteção dos rendimentos das famílias.

\*

A segunda nota que gostava de sublinhar é a forma como os resultados da economia se traduzem na vida concreta das famílias e das empresas.

Ninguém nega – e o Governo nunca o negou – que atravessamos momentos difíceis e exigentes. E é um facto de compreensão essencial que uma conjuntura marcada pelo aumento da inflação e pelo aumento das taxas de juro introduz uma significativa assimetria de efeitos relativamente à globalidade da economia portuguesa e das famílias portuguesa. Mas a verdade também é que o país é feito de empresas e de pessoas. Não é uma entidade abstrata.

O crescimento do PIB resulta do aumento do emprego e da produção das empresas, da subida das exportações e do aumento dos rendimentos das famílias, conforme demonstram os dados do INE.

Os dados da economia chegam às pessoas através do emprego, que é hoje uma situação de praticamente pleno emprego, e também por via do crescimento dos salários. No primeiro trimestre, as remunerações médias no setor privado cresceram perto de 8%, de acordo com o registo de remunerações à Segurança Social. Entre os trabalhadores que mudaram de emprego, entre outubro de 2022 e março de 2023, o aumento médio foi de 13%.

Os dados da economia chegam também às pessoas através das medidas das políticas de apoio, em que Portugal assumiu, no ano de 2022, um papel particularmente destacado a nível europeu, sendo o terceiro país com o maior pacote de apoios às famílias e às empresas, num valor total de 5,7 mil milhões de euros. Soma-se o pacote já aprovado para este ano, no valor de 2,4 mil milhões de euros, que acrescem, naturalmente, ao rendimento disponível.

Queria, aliás, sublinhar aqui o desenho que estes pacotes de apoio têm tido, reforçando a análise que o Banco de Portugal realizou, em que destacou o impacto positivo no rendimento de todas as famílias, particularmente nas famílias de rendimentos mais baixos.

No primeiro decil, o rendimento disponível cresceu cerca de 8% por via dos pacotes de apoio.

De sublinhar, ainda, que o bom andamento da economia resulta também do aumento da despesa em investimento público. O investimento da administração central já cresce próximo de 10%, com destaque para o investimento na ferrovia e na expansão do Metropolitano.

Segundo os últimos dados do barómetro das Obras Públicas, até maio, o valor dos concursos promovidos aumentou 78% face ao período homólogo; e o valor dos contratos assinados aumentou 55% face a igual período do ano passado.

Por último, temos vindo a desenvolver um conjunto vasto de instrumentos de agilização das despesas de investimento nos diplomas que governam a execução orçamental, estando já a executar despesa de investimento a ritmos muito elevados, e teremos subidas ainda mais significativas ao longo do desenvolvimento do PRR e dos programas dos fundos comunitários.

\*

A terceira nota que gostava de destacar diz respeito à relação das medidas de carácter conjuntural com as medidas de carácter estrutural. Tivemos a preocupação de ir procurando, ao longo do tempo, adaptar o conjunto das medidas às necessidades das famílias e dar resposta às necessidades concretas que a cada momento se iam colocando. Fizemo-lo através de medidas de natureza conjuntural, mas fizemo-lo também através de medidas de natureza estrutural, na melhoria dos rendimentos das famílias.



Não querendo ser exaustivo, destaco aquilo que aprovámos para o orçamento de 2023: a reforma do mínimo de existência, que veio resolver um problema sério que as famílias de mais baixos rendimentos tinham, em que os acréscimos salariais obtidos não tinham no passado tradução na melhoria dos seus rendimentos líquidos e que hoje passam a ter; a redução com efeito transversal das taxas de IRS no segundo escalão; o aumento estrutural de todos os apoios de natureza não contributiva, que tiveram um aumento de cerca de 8%; e o aumento extraordinário das pensões e o impacto que tem relativamente ao cumprimento integral da fórmula a partir do ano de 2024.

Tudo isto, sublinho, são exemplos de medidas de carácter estrutural na recuperação de rendimentos, que se associam, naturalmente, às inúmeras medidas de natureza conjuntural que foram adotadas nos vários momentos que foram sendo necessárias.

\*

Por último, quero sublinhar e destacar a forma como o desenvolvimento da economia consolida a nossa confiança no cumprimento dos nossos objetivos e no desenho da política económica que traçamos. Uma política económica que compreende que não há dicotomia entre o apoio às famílias e às empresas, e uma política de contas certas. Tem sido, aliás, essa compreensão, e em grande medida a decisão que tomámos relativamente à dimensão dos programas de apoio aos rendimentos, que têm sustentado também os indicadores de desempenho económico e orçamental.

Assim continuaremos.

Também queria destacar a importância de prosseguirmos a estratégia de redução do défice e de redução da dívida pública. Àqueles que ainda hesitam sobre a importância deste objetivo e deste desidrato, gostaria de dizer que estamos a prosseguir esta política, em primeiro lugar, porque ela é adequada tendo em conta o ciclo económico que nós vivemos.

É nos tempos que a economia cresce mais, como em 2022 (e tudo perspectiva que em continue em 2023), que temos de fazer as medidas corretas do ponto de vista da condução da política orçamental, para podermos ter a margem para lidar com eventualidades que não prevemos no horizonte, mas que cabe a uma governação prudente acautelar.

Em segundo lugar, porque no momento em que se vão reintroduzir as regras, atualmente suspensas, relativamente à governação económica da zona euro, no momento em que subsistem incertezas sérias relativamente ao andamento da economia internacional, é de uma governação avisada prosseguir a redução da nossa dívida pública.

Os resultados que atingimos no ano de 2022 são particularmente significativos e os resultados que nos propomos atingir em 2023, retirando Portugal do pódio dos países com a dívida pública mais elevada da zona euro, são dos melhores contributos que poderemos dar às gerações futuras e à proteção do país para os contextos adversos que, naturalmente, num futuro que não antecipamos nem desejamos, temos sempre que acautelar.

Muito obrigado.